



Ministério da Educação

DOCUMENTO Nº 5566673/2025/DIEI/SEGAPE/SEGAPE

PROCESSO Nº 23000.000188/2025-58

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



<b>Órgão</b>	Ministério da Educação	<b>Vigência</b>
<b>Vinculado(s)</b>	FNDE, CAPES, INES, INEP, EBSE RH, IBC e FUNDAJ	jan/2025 a dez/2026
<b>Signatários</b>	Secretário Executivo do Ministério da Educação - SE/MEC - Leonardo Barchini Rosa	

	Secretaria-Executiva do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - SE/MGI – Cristina Kiomi Mori Secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - SGD/MGI - Rogério Souza Mascarenhas		
<b>Líderes do Plano de Transformação Digital</b>	Evânio Antônio de Araújo Junior - Secretário de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais Marco Antônio Fragoso - Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação		
<b>Telefone</b>		<b>e-Mail</b>	
<b>Telefone</b>		<b>e-Mail</b>	
<b>Ponto Focal - MEC</b>	Manuel Bonduki		
<b>Telefone</b>		<b>e-Mail</b>	
<b>Representante da Ouvidoria do órgão</b>	Marina Ramos Caetano	<b>e-Mail</b>	
<b>Telefone</b>			
<b>Gerente de Relacionamento – CGREP/SGD/MGI</b>	Lucas R. Ferreira		
<b>Telefone</b>		<b>e-Mail</b>	

## 1. ESCOPO DO INSTRUMENTO

O Plano de Transformação Digital (PTD) do Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Governo Digital e a Secretaria-Executiva, ambas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), visa implementar ações relacionadas à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) na Administração Pública Federal, conforme estabelecido e instituído no Decreto nº 12.198, 24 de setembro de 2024. A Estratégia Federal de Governo Digital está baseada nos seguintes princípios:

- Governo centrado no cidadão e inclusivo;
- Governo integrado e colaborativo;
- Governo inteligente e inovador;
- Governo confiável e seguro;
- Governo transparente, aberto e participativo; e
- Governo eficiente e sustentável.

Esses princípios nortearão a transformação do ministério por meio do uso de tecnologias digitais, bem como o fortalecimento de ações e políticas já em curso, buscando promover a efetividade das políticas, a qualidade dos serviços públicos, a inclusão e participação de todas as pessoas.

O Plano de Transformação Digital do MEC alinha-se com a Estratégia Federal de Governo Digital, de modo que seu escopo se defina por processos de mudança coerente e sustentada de serviços públicos, sistemas e infraestrutura de dados. Este alinhamento se organiza a partir dos seguintes objetivos estratégicos e iniciativas presentes na EFGD:

- Objetivo 1 - Prover serviços públicos digitais personalizados, simples, de forma proativa e centrados no cidadão.
  - Iniciativa 1.1. Transformar 95% (noventa e cinco por cento) dos serviços públicos digitalizáveis, até julho de 2026.

- Iniciativa 1.3: Aprimorar a percepção de utilidade das informações dos serviços no portal único GOV.BR e atingir, no mínimo, 65% de avaliações positivas nos 80 serviços públicos digitais do Governo Federal mais acessados, até 2026.
- Iniciativa 1.5: Manter nota média de pelo menos 4,5 em escala de 5 pontos na avaliação de satisfação pelo usuário de serviços públicos digitais, até 2026.
- Iniciativa 1.6: Disponibilizar informações relacionadas à vida escolar e acadêmica dos estudantes, da educação básica à pós-graduação até 2026.
- Objetivo 2 - Ofertar serviços públicos digitais inclusivos.
  - Iniciativa 2.1. Estabelecer padrão de conformidade de acessibilidade digital nos ambientes digitais da administração pública federal, regulamentando o art. 63 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, até 2025.
  - Iniciativa 2.2: Criar sistemática de avaliação e monitoramento da qualidade dos 80 serviços públicos digitais do Governo Federal mais acessados por pessoas com deficiência até 2025.
  - Iniciativa 2.4: Aplicar padrão de conformidade de acessibilidade digital em 70% dos sites do portal GOV.BR, até 2026.
- Objetivo 3 - Aperfeiçoar a governança de dados e a interoperabilidade.
  - Iniciativa 3.6: Aumentar a transparência e estimular o reuso de dados, disponibilizando 2.000 (dois mil) conjuntos de dados catalogados na ferramenta central de metadados, no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados - IND até 2026.
  - Iniciativa 3.7. Implementar Política de Governança de Dados para a Educação, até 2026.
- Objetivo 4 - Estimular o uso e a integração de plataformas e serviços de governo digital no Governo federal.
- Objetivo 5 - Estimular o uso e a integração de plataformas e serviços de governo digital com os entes da federação.
- Objetivo 6 - Fomentar o uso inteligente de dados pelos órgãos do governo.
  - Iniciativa 6.6. Publicar boas práticas de governança, avaliação de risco e ética nas soluções de inteligência artificial, no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA, até 2026.
  - Iniciativa 6.7. Estabelecer orientações, padrões e modelos para adoção de IA em 10 (dez) áreas prioritárias do governo e estruturar 25 (vinte e cinco) projetos de alto impacto, no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA, até 2026.
- Objetivo 12 - Fortalecer a cultura de governo aberto e transparente
  - Iniciativa 12.1: Consolidar os dados da educação por meio da instituição da Plataforma Nacional de Dados da Educação - PlatEduc, até 2026
- Objetivo 13 - Promover a participação digital nas políticas públicas e serviços digitais
  - Iniciativa 13.3: Integrar o Brasil Participativo nas jornadas de serviços do GOV.BR de forma a ampliar as formas de feedback de usuários dos serviços de maneira integrada aos processos de participação social, até 2025.
- Objetivo 16 - Estimular a gestão ambientalmente sustentável na transformação digital.

Estes objetivos estratégicos e iniciativas institucionalizados na EFGD e pactuadas pelo Ministério da Educação demandam uma série de ações voltadas para ampliar a coerência e consistência

de políticas no campo digital, quando aplicadas na Educação. Com particular atenção, o Plano pretende organizar as relações entre a digitalização de serviços públicos, a revisão e o funcionamento dos sistemas legados hoje existentes na estrutura do Ministério, padrões para novos sistemas e o trabalho para a constituição da infraestrutura nacional de dados da educação (PlatEduc) que organize e disponibilize aos atores um conjunto de registros de referência e de bases de dados, numa lógica de Governo como Plataforma. Esta coerência e consistência constituem o cerne da perspectiva do MEC, demandando um conjunto de ações, tal como especificadas nesse Plano de Transformação Digital.

## **2. VISÃO ESTRATÉGICA DO MEC RELACIONADA À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

A transformação digital no âmbito do Ministério da Educação assume especial complexidade por abarcar a gestão de dados, sistemas, políticas e serviços envolvendo um conjunto amplo e heterogêneo de atores, tanto no âmbito horizontal quanto vertical, nos três níveis da federação. Os serviços digitais prestados diretamente pelo MEC e pelas suas vinculadas, INEP, CAPES, FNDE, INES, IBC, EBSERH e FUNDAJ, atingem milhões de estudantes anualmente, mas representam apenas uma parcela daqueles que demandam a ação do ministério. Estados, municípios, universidades privadas e suas mantenedoras, universidades públicas e institutos federais promovem a educação no Brasil e para isso contam com a atuação eficiente e tempestiva do MEC. A dimensão dos serviços, sejam eles prestados em meio digital ou em meio físico apoiado por tecnologias digitais, constitui ponto central na estratégia. Esta mesma rede de atores, em conjunto com o INEP, é também a principal responsável pela produção dos dados que compõe as bases orientadoras das políticas públicas do MEC. O Plano alinha-se, assim, a proposta de criação de uma Política de Governança de Dados para a Educação (iniciativa 3.7 da EFGD) que organize estas relações.

Portanto, promover a transformação digital do MEC envolve estruturar uma estratégia que permita que todo este ecossistema possa se desenvolver de forma integrada, mas independente, produzindo resultados aos estudantes e à sociedade brasileira. No âmbito da educação básica, o Plano prevê apoiar a melhoria da gestão das secretarias e escolas através de uma lógica de Infraestruturas Públicas Digitais, integrando dados e garantindo interoperabilidade de sistemas, utilizando as soluções digitais compartilhadas também para fins pedagógicos no aprendizado dentro e fora da sala de aula. No âmbito da educação técnica e superior, tanto pública quanto privada, pretende melhorar os serviços prestados diretamente pelo MEC, e, ainda, passar a oferecer serviços que garantam a confiabilidade dos diplomas em nível nacional. Em todas as iniciativas, preocupação central será garantir a inclusão e acessibilidade a todos os públicos.

Tendo já realizado a digitalização da quase totalidade dos serviços digitalizáveis, o Plano prevê, até 2026, rever e ampliar a qualidade de todos os serviços prestados no meio digital, de forma a garantir não apenas a adequação às normas vigentes, como implantação do ‘design system’ e de plena acessibilidade, mas também buscar sempre que possível integrar bases de dados de forma a oferecer nos serviços uma experiência sem atritos e inclusiva a todas as pessoas.

Nem todos os serviços prestados pelo MEC, no entanto, possuem a mesma relevância do ponto de vista do número de usuários que os acessam. No gráfico 1 é possível perceber forte concentração de acessos em um conjunto de 12 serviços, que representam 89% da demanda da sociedade em relação aos serviços do MEC.

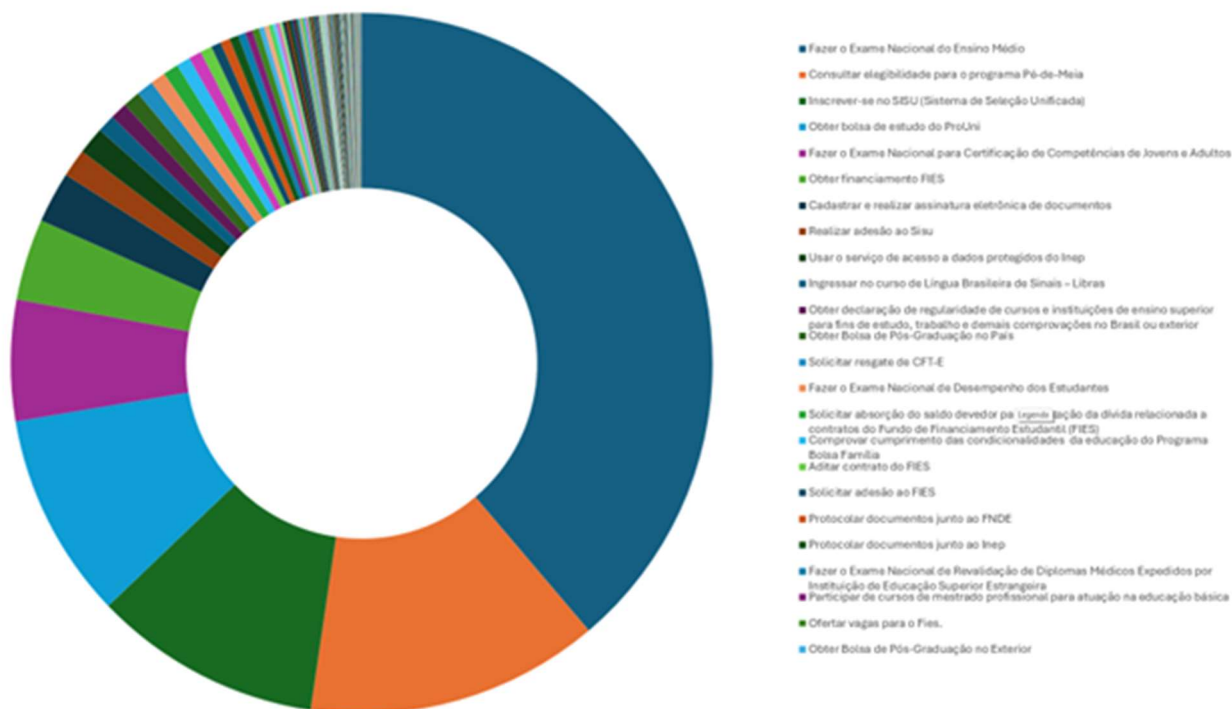


Gráfico 1 - Serviços do MEC no Portal Gov.Br por número de acessos

Em relação a estes serviços, a abordagem será de buscar oferecer uma experiência inovadora focada em não apenas garantir plena acessibilidade e conformidade com padrões mínimos, mas também superar as expectativas dos cidadãos. Para estes serviços prioritários que estejam sob a responsabilidade direta do MEC estamos propondo a revisão em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos para implantação da experiência do LabQ.

Por fim, em linha com as melhores práticas internacionais (UBALDI, 20201), pretendemos garantir que os cidadãos possam apoiar a construção de serviços e políticas de forma participativa através dos canais digitais. Assim, em todos os serviços que ainda não a tem, a implantação da ferramenta de avaliação de serviços deverá ser incluída e, ainda, pretende-se, em parceria com a Ouvidoria do MEC, implantar as previsões no Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos de forma a garantir a participação e a cocriação junto aos usuários, conforme previsto na Iniciativa 13.3 da EFGD.

Diante destes desafios, a presente versão do Plano prevê que seja realizada uma revisão de repactuação em junho de 2025, para fortalecer a participação junto às entidades vinculadas ao MEC e garantir a adequada pactuação para implementação.

## 2.1. OBJETIVO GERAL:

Promover a transformação digital do Ministério da Educação e suas organizações vinculadas que associe uma perspectiva integrada e coerente entre serviços públicos digitais, sistemas e infraestrutura de dados que possibilite uma prestação de serviços a cidadãos, empresas, organizações de governo e da sociedade civil sustentada na centralidade do usuário de maneira inclusiva, confiável, segura e inovadora.

## 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Mapear, revisar processos, redesenhar e digitalizar serviços públicos prestados pelo Ministério da Educação e suas organizações vinculadas.
- Transformar os 12 serviços mais acessados do MEC em serviços de excelência, integrando bases e aplicando sempre que possível princípios como proatividade e predição, garantindo amplíssima acessibilidade a todos os públicos.

- Revisão da estratégia de atendimento ao cidadão do Ministério, criando um padrão omnichannel, de forma que o cidadão receba o mesmo serviço inclusivo e acessível independentemente do qual canal por meio do qual decida interagir com o Ministério.
- Revisar sistemas legados do Ministério da Educação de maneira a amplificar sua robustez, capacidade e registro de informações de maneira segura e confiável para dar suporte aos serviços públicos e à gestão de dados, em especial os vinculados a serviços relacionados ao FIES, PROUNI, ENEM e E-MEC.
- Implementar a Política de Governança de Dados para a Educação, que inclua definir os padrões de interoperabilidade de dados para a educação básica, tecnológica e profissional, superior e pós-graduação, criar registros de referência e instituir uma plataforma de dados unificada e acessível da Educação (PlatEduc).
- Tornar a PlatEduc um hub de integração e informação educacional entre entes federativos e instituições públicas e privadas reunindo todos os demais hubs do MEC e das vinculadas.
- Adotar uma estratégia de digitalização da educação básica baseada na construção de Infraestruturas Públicas Digitais visando o compartilhamento de padrões, software e microserviços para processos comuns às redes municipais e estaduais de Educação, permitindo a constituição de um ecossistema sobre módulos interoperáveis, reutilizáveis e escaláveis.
- Promover o treinamento e o letramento digital das redes e escolas para adoção de tecnologias digitais.
- Disponibilizar informações relacionadas à vida escolar e acadêmica dos estudantes, da educação básica à pós-graduação.
- Revisar os padrões de segurança da informação do Ministério da Educação.
- Implementar diretrizes de acessibilidade digital e garantir que os sistemas de acesso a dados sejam intuitivos e possam ser usados por todos de forma segura.
- Implementar mecanismos integrados de participação e cocriação de serviços e políticas públicas.
- Elaborar o Plano Setorial de Inteligência Artificial na Educação com o objetivo de articular esforços, coordenar ações e buscar o desenvolvimento seguro e promover o uso de IA com foco no ser humano e na redução de desigualdades.
- Construir um Referencial Nacional de Uso e Desenvolvimento de Inteligência Artificial na Educação, instrumento de diretrizes e parâmetros orientadores que servirá de guia para as redes escolares, instituições de ensino, docentes e estudantes.

### 3. **EIXOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

#### 3.1. **Eixo 1 - Serviços Digitais e Melhoria da Qualidade**

As entregas relacionadas a este eixo buscam:

- A ampliação do acesso a serviços públicos, oferecendo às pessoas opções de acesso digital aos serviços demandados por elas.
- A promoção da transformação digital de modo a aumentar a qualidade dos serviços públicos e a satisfação das pessoas, por meio da simplificação, facilidade e acessibilidade, aprimorando a experiência dos usuários de serviços públicos em canais digitais.

Produto(s) relacionado(s) a este eixo:

- Revisão da descrição dos serviços

- ♦ Disponibilização em Acesso Digital
- ♦ Evolução do Serviço Digital
- ♦ Integração à ferramenta de avaliação da satisfação dos usuários
- ♦ Realização de Autodiagnóstico de Qualidade
- ♦ Implementação das recomendações do Autodiagnóstico de Qualidade
- ♦ Implantação da Experiência LabQ
- ♦ Implementação do VLIBRAS

### 3.2. Eixo 2 - Unificação de Canais Digitais

As entregas relacionadas a este eixo buscam:

- ♦ Criar uma experiência única de navegação pelos canais digitais de governo, promovendo uma jornada agradável, simples, ágil, acessível, coerente e consistente para o usuário;
- ♦ Possibilitar que qualquer brasileiro possa acessar serviços digitais por meio da identificação digital única;
- ♦ Simplificar os pagamentos de valores devidos à Administração Pública em decorrência da prestação de serviços específicos.

Produto(s) relacionado(s) a este eixo:

- ♦ Implementação da autenticação única para acesso aos serviços públicos;
- ♦ Implementação do Design System GOV.BR;
- ♦ Integração à plataforma oficial de pagamento do Governo Federal;
- ♦ Migração de portais e APPs móveis institucionais para as plataformas centralizadas GOV.BR;

### 3.3. Eixo 3 – Governança e Gestão de Dados

As entregas relacionadas a este eixo buscam:

- ♦ Fomento da governança e da integração de dados nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, possibilitando os serviços proativos;
- ♦ Ampliação da análise de dados na gestão de políticas públicas, facilitando a descoberta de dados e promovendo o reuso para a melhoria dos serviços públicos;
- ♦ Empoderamento do cidadão na gestão de seus dados.

Produto(s) relacionado(s) a este eixo:

- ♦ Disponibilização de Base de Dados;
- ♦ Integração entre sistemas;
- ♦ Integração às bases de dados disponível no Conecta: <https://www.gov.br/conecta/catalogo/>

### 3.4. Eixo 4 – Segurança e Privacidade

As entregas relacionadas a este eixo buscam:

- Garantia de um governo digital seguro, aumentando a confiança nos serviços públicos;
- Ampliação das ações de educação nas temáticas de privacidade e segurança da informação, promovendo uma maior conscientização institucional;
- Consolidação da atuação do CISC gov.br no âmbito do SISP, fortalecendo a governança e a cooperação entre os órgãos para uma abordagem unificada e robusta de proteção de dados;
- Aumento do número de publicações que apoiam a implementação do Framework de Privacidade e Segurança da Informação, oferecendo diretrizes claras e práticas;
- Visibilidade à alta administração sobre mecanismos de liderança, estratégia e controles, visando maximizar as ações do Plano de Proteção e Segurança da Informação (PPSI) e garantir alinhamento com as melhores práticas de segurança cibernética.

Produto(s) relacionado(s) a este eixo:

- Implementações relacionadas ao Plano de Proteção e Segurança da Informação (PPSI).

#### 4. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO

A governança do Plano de Transformação Digital do Ministério da Educação implicará na constituição de um subcomitê de transformação digital dentro do Comitê de Governança Digital, com a atribuição de coordenar e monitorar as ações e iniciativas desse plano. Caberá a este comitê definir os pontos focais dos projetos e linhas de ação deste PTD, realizar o monitoramento sistemático da sua implementação e conduzir a revisão do Plano prevista para junho 2025.

Caberá à Secretaria Executiva, junto com a Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, reunirem-se bimestralmente com a Secretaria de Governo Digital com o objetivo de monitorar e deliberar as linhas de ação do plano, monitorar o andamento das linhas de ação e mitigar ou eliminar os riscos.

#### 5. GESTÃO DE RISCOS

<b>Risco</b>	<b>Probabilidade de Ocorrer</b> [escolher entre: raro; pouco provável ; provável; muito provável; praticamente certo ]	<b>Impacto</b> [escolher entre: muito baixo; baixo; médio; alto; muito alto ]	<b>Opção de tratamento</b> [escolher entre: mitigar; eliminar; transferir; aceitar;]	<b>Descrever ações de tratamento do risco</b>
Problemas de coordenação das ações entre as Secretarias finalísticas do MEC	Muito provável	Alto	Mitigar	Governança bem definida, com alinhamento estratégico, tático e operacional.
Resistências a processos de compartilhamento de dados	Muito provável	Alto	Eliminar	Estabelecer no modelo de governança de dados da educação as bases de referência e as responsabilidades por estas bases, com mecanismos de compartilhamento que evitem replicação e garantam segurança e privacidade.
Sistemas legados pouco confiáveis e com	Provável	Médio	Eliminar	Realizar diagnóstico e estabelecer um programa de atualização tecnológica dos sistemas legados



problemas de estrutura				aderentes às boas práticas do Governo Federal.
Capacitação e número de pessoas para conduzir os projetos	Praticamente certo	Muito alto	Mitigar	Prospecção de formas alternativas para a composição da força de trabalho.
Não conformidade com a LGPD	Pouco provável	Muito alto	Eliminar	Fortalecer a conformidade com a LGPD e melhoria contínua do flux de tratamento de dados.
Dependência de fornecedores de tecnologia	Provável	Muito alto	Mitigar	Transferir dependência tecnológica para as empresas públicas de tecnologia.

## 6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 6.1. ÓRGÃOS COMPONENTES

#### Ministério da Educação

- ♦ Definir diretrizes de atuação do seu PTD alinhado com suas políticas públicas, voltada para o cidadão, sempre que couber;
- ♦ Propor e submeter para pactuação o Plano de Transformação Digital e deliberar sobre recursos e riscos estruturantes;
- ♦ Observar os prazos previstos no Decreto EFGD;
- ♦ Apoiar e acompanhar a execução das entregas pactuadas no respectivo PTD;
- ♦ Indicar o Líder do Plano de Transformação Digital;
- ♦ Indicar o Ponto focal (quando houver); e
- ♦ Indicar o representante da ouvidoria (caso necessário).

#### Secretaria-Executiva do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Público - SE/MGI

- ♦ Garantir apoio institucional do MGI à pauta de transformação digital;
- ♦ Acompanhar (em alto nível) as entregas estratégicas aderentes aos objetivos e iniciativas da Estratégia Federal de Governo Digital;
- ♦ Aprovar o PTD do órgão; e
- ♦ Indicar um representante para a repactuação das ações constantes do Anexo de Entregas durante a vigência do PTD (caso necessário).

#### Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - SGD/MGI

- ♦ Responsável pela promoção, pesquisa, apoio e acompanhamento de TD dos serviços voltados aos cidadãos em articulação com os Órgãos;
- ♦ Garantir a observância das diretrizes e objetivos emanados no Decreto da EFGD quando da implementação e acompanhamento do Plano de Transformação Digital;
- ♦ Aprovar o PTD do órgão;

- Estratégia de comunicação, apoio e articulação de ações transversais de transformação digital de serviços;
- Organizar e convocar os Líderes dos Planos de Transformação Digital dos órgãos para os Fóruns de Transformação Digital de serviços voltados aos cidadãos; e
- Indicar um representante para a repactuação das ações constantes do Anexo de Entregas durante a vigência do PTD (caso necessário).

Os órgãos componentes poderão:

- Convocar, se entender necessário, reunião conjunta de avaliação das ações relacionadas ao cumprimento do PTD; e
- Repactuar o PTD quando, de forma justificada, entender conveniente ou oportuno.

## 6.2. ATORES E ATRIBUIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

### **Líder do Plano de Transformação Digital**

- Elaborar e propor o Plano de Transformação Digital para pactuação entre os signatários;
- Articular as ações do PTD com o Gerente de Relacionamento da SGD e com os atores dentro do Órgão, e pelo acompanhamento do plano com SGD, Secretarias e órgãos vinculados;
- Participar das reuniões de acompanhamento e prestação de informações sobre a execução do plano de forma sistemática e regular;
- Representar o órgão de atuação nos Fóruns de transformação digital de Líderes dos Planos de Transformação Digital;
- Propor atualizações para o Anexo de Entregas, para fins de alteração, inclusão ou supressão de ações, e para reajustamento de prazos de entrega, desde que devidamente justificado e com novos prazos dentro do período de vigência do PTD; e
- Assinar a versão atualizada do Anexo de Entregas quando as alterações forem aprovadas pelos demais signatários (representantes da SGD e da SE/MGI).

### **Ponto focal**

- Representar órgão ou entidade vinculada nas ações que são relacionadas à transformação digital; e
- Apoiar o Líder do Plano de Transformação Digital nas atividades referentes à elaboração, execução e monitoramento do PTD.

### **Ouvidoria dos órgãos proponentes**

- Zelar pelo conteúdo dos serviços do órgão no portal único gov.br.

### **Gerente de Relacionamento – CGREP/SGD/MGI**

- Orientar os órgãos sobre as ações relacionadas à transformação digital;
- Fazer a articulação entre o Órgão Proponente e as áreas técnicas da SGD;
- Atualizar os status das ações do Órgão junto à SGD para fins de cumprimento das metas da EFGD; e

- Agendar e conduzir as reuniões periódicas de acompanhamento.

#### **Termos:**

1. O Ministério da Educação se compromete a concentrar esforços e recursos de tecnologia da informação para o cumprimento das metas estabelecidas no documento Anexo de Entregas, inclusive das que estiverem sob responsabilidade de seu(s) vinculado(s).
2. A SGD apoiará os esforços de transformação digital do órgão, por meio da oferta, mediante disponibilidade, de ferramentas, tecnologias, pessoas e metodologias para acelerar a transformação digital.
3. A SGD irá acompanhar e monitorar o cumprimento das metas estabelecidas.
4. Havendo variação nos recursos que se fazem necessários para a execução do plano, por qualquer motivo, poderá haver repactuação das metas por iniciativa das partes, desde que aprovadas pelos representantes dos órgãos signatários.

#### **Signatários:**

EVÂNIO ANTÔNIO DE ARAÚJO JÚNIOR  
Secretário de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais

LEONARDO BARCHINI  
Secretário-Executivo do Ministério da Educação - SE/MEC

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS  
Secretário de Governo Digital - SGD/MGI

CRISTINA KIOMI MORI  
Secretária-Executiva do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SE/MGI



Documento assinado eletronicamente por **Evanio Antonio de Araujo Junior, Secretário(a)**, em 05/02/2025, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

---



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 13/02/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5566673** e o código CRC **3EB91CE3**.